

O ECA considera a criança e o adolescente como sujeitos de direito, sendo papel da sociedade protegê-los. Em muitos casos, os profissionais da educação deparam-se com a violação desses direitos, sendo fundamental a sua identificação e manejo adequado. Contudo, será que estes profissionais estão preparados para reconhecer e identificar tais situações? Esse estudo visa investigar junto aos professores o seu conhecimento dos direitos fundamentais dos jovens, previstos na legislação vigente. Neste estudo transversal e qualitativo, participaram 30 professores de escolas públicas de Santa Maria/RS. Utilizaram-se questionário biosociodemográfico e laboral, entrevista semi-estrutura e o instrumento “Dilemas enfrentados por professores sobre Casos de Violência”. A análise preliminar dos dados aponta que os procedimentos tomados pelos professores frente a situações de violação foram predominantemente acionar o conselho tutelar, seguido de conversar e ouvir o aluno, socializar as informações com a coordenação da escola e chamar os pais ou responsáveis pelos jovens. Entre eles também encaminharam a órgãos competentes e a Serviços de Psicologia. Estes dados apontaram que se por um lado os professores demonstraram saber que o Conselho Tutelar é a instituição que pode tomar as providências nesses casos, também apresentaram descrença de que a família e a escola podem juntas resolver a problemática. Assim, torna-se necessário desenvolver programas de capacitação com os professores sobre formas de manejo de situações de violação dos direitos da criança e do adolescente para que possam enfrentar tais situações e promover sua resolutividade dentro da escola.